

NITERÓI/RJ

SVNIT esclarece caso da policlínica de Niterói e repudia ataques à categoria de vigilantes



Em razão da notícia divulgada no site de notícias, Plantão Em Foco, sob o título: Acusação de Estupro em Policlínica de Niterói, o Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e região (SVNIT) vem esclarecer:

- A matéria aponta que o autor do fato é profissional vigilante. Diante do apurado, a diretoria do SVNIT passa a expor as informações:

- o cidadão acusado de estupro não pertence à categoria de vigilante;

- nesta Policlínica não há a prestação de serviços de vigilância privada contratada no período noturno;

- o cidadão suspeito trabalha como porteiro e pertence à empresa terceirizada Espaço Serviços Especializados LTDA;

- tal empresa não presta serviços de segurança privada;

- todo Vigilante deve ter conduta ilibada, cursos de formação, registro na Polícia Federal, o mesmo serve para a empresa de segurança

privada, para prestação de serviços de vigilância;

- o Sindicato SVNIT, como membro do Conselho Municipal de Saúde, irá oficiar a Fundação Municipal de Saúde para esclarecimento a cerca do ocorrido, o porquê de não ter informado à reportagem a real função do profissional e também por que o serviço é feito de forma incorreta por porteiro e não por profissional qualificado em vigilância;

- diante dos fatos, o SVNIT repudia a discriminação da categoria vigilante à qual, constantemente, é atribuída crimes e más condutas praticadas por outros profissionais clandestinos, ilegais ou imorais;

- o SVNIT solicita, ainda, que os veículos de comunicação apurem os reais fatos, identifique as reais funções dos trabalhadores e, no caso em questão, que retifique a informação atribuindo ao porteiro a acusação que não é e nem exerce profissão de vigilante;

- a diretoria do SVNIT reitera o apoio à categoria dos vigilantes e reafirma a defesa da conduta ética e profissional às quais os vigilantes são treinados e formados. Toda vez que uma acusação for uma inverdade, o SVNIT atuará para esclarecer e cobrar as autoridades e meios de comunicação.

Cláudio Vigilante
Presidente do SVNIT

ENTENDA O CASO

Vigia acusado de estuprar gestante em Niterói presta depoimento



Caso está sendo investigada pela especializada. Foto: Arquivo/Plantão Enfoco

Policiais civis da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher de Niterói (Deam) colheram, na manhã desta segunda-feira (22), o depoimento do porteiro e vigia, acusado de estuprar uma jovem grávida, de 18 anos, na Policlínica Regional Carlos Antonio da Silva, no Centro. O caso aconteceu no fim da noite de sábado.

De acordo com a delegada que investiga o caso, Alriam Miranda Fernandes, os policiais continuam fazendo diligências para elucidar o caso, que segue sobre sigilo por ser de natureza sexual.

Inicialmente, a polícia e a Fundação Municipal de Saúde de Niterói informaram que o funcionário acusado atuava como vigilante na unidade, entretanto, nesta segunda-feira (21) a Prefeitura esclareceu que o profissional, que prestava serviços por uma empresa terceirizada, atua como porteiro e vigia na unidade.

Na policlínica, o acusado não era muito

conhecido. Segundo funcionários, ele teria começado a trabalhar na unidade a pouco mais de um mês e a sua de 19h às 7h período em que o espaço já está fechado ao público.

O presidente do sindicato dos vigilantes de Niterói, São Gonçalo e Região (SVNIT) Cláudio vigilante, informou que vai oficiar a Fundação Municipal de Saúde solicitando esclarecimento das razões pelo qual o serviço é feito por um porteiro e não por um profissional qualificado em vigilância.

De acordo com o sindicato, todo vigilante deve ter conduta íntegra, curso de formação e registro na Polícia Federal. O mesmo também serve para empresa de segurança privada, com prestação de serviços em vigilância.

Caso

De acordo com relatado no registro de ocorrência, a gestante afirmou que dormia na calçada quando aceitou convite do acusado por volta das 23h, para se abrigar em um banco no pátio da unidade de saúde.

Ainda segundo relato da vítima, ela acordou com toques nos seios e percebeu que a blusa estava levantada e sua calça abaixada, na altura das partes íntimas. Imediatamente, ela relata, saiu correndo do local e foi socorrida por agentes do Niterói Presente.

Em nota, a Fundação Municipal de Saúde de Niterói se colocou à disposição para colaborar com as investigações.

Fonte: [plantaofoco](#)

Sindicato acompanha situação de vigilantes baleados em ataque criminoso



.O Sindicato dos Vigilantes de Duque de Caxias vem esclarecer e lamentar a morte de um trabalhador ocorrida na madrugada desta segunda-feira (22/06) durante ação criminosa no centro de distribuição do Grupo Pão de Açúcar que fica na Rodovia Washington Luiz. Na ação, 30 bandidos renderam e trocaram tiros com a segurança.

De acordo com informações obtidas pelo Sindicato junto às empresas de segurança no fim da tarde desta segunda, um homem da empresa Esquadra que atuava como porteiro do local, veio a óbito.

Um vigilante e um supervisor, também da empresa Esquadra, foram internados em hospitais da região, sendo o vigilante em estado mais grave. O Sindicato acompanha junto à empresa a situação dos trabalhadores.

De acordo com o coordenador da área da empresa Arion, responsável pela escolta

armada, nenhum vigilante de seu quadro foi à óbito.

Diante de um momento tão triste, onde se deve reunir forças para auxiliar esses trabalhadores e seus familiares e cobrar das autoridades policiais a prisão dos marginais, é inadmissível que surjam salvadores da pátria para usar os vigilantes para fazer política.

O Sindicato dos Vigilantes de Duque de Caxias prestará todo auxílio às famílias que quiserem entrar em contato com a entidade para informações e serviços jurídicos.

Vale esclarecer que o porteiro, que infelizmente veio a falecer, é representado pelo Sindicato de Asseio e Conservação de Caxias, e não pelo Sindicato dos Vigilantes.

Da mesma forma, os trabalhadores da escolta armada pertencem à base de representação do Sindicato dos Vigilantes de Escolta Armada do Rio.

Apesar disso, esse tal salvador da pátria tenta usar os trabalhadores para colocá-los em canoas furadas, já que não representa ninguém, colocando empregos em riscos.

O Sindicato dos Vigilantes de Duque de Caxias reforça seu compromisso com a categoria e com os princípios básicos do respeito à família e ao profissional vigilante.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Duque de Caxias

Sandro apresenta Moção de Congratulação aos vigilantes por dia da categoria



O vigilante deputado Sandro Pimentel apresentou na sessão plenária desta segunda, 22, uma Moção de Congratulação pelo dia da categoria, realizado no último dia 20. A data marca 37 anos da regulamentação da profissão no Brasil. Sandro tem orgulho de sua origem como vigilante e tornou-se um defensor da categoria na ALRN.

Na Assembleia, o deputado do PSOL é autor de diversas iniciativas como o Projeto de Lei 15/2019 que reconhece como direito do consumidor a vigilância de Grandes Eventos. Também está na luta para obrigar que as instituições bancárias contratem vigilância

armada 24h, através do PL 18/2019. Outro projeto importante é o PL 37/2019 que protege os trabalhadores de calotes por parte das empresas terceirizadas.

Nas redes sociais, Sandro comemorou a data da sua categoria. “Ainda há muito o que se conquistar nessa caminhada em defesa da valorização dos trabalhadores com melhorias das condições de trabalho, ampliação de direitos e garantia de dignidade no exercício das funções. Nosso mandato é parceiro nas lutas dos trabalhadores e estaremos lado a lado dos vigilantes onde eles estiverem!”, escreveu.

Fonte: Assessoria Dep. Sandro Pimentel

Administradora do Banco 24 Horas anuncia sua entrada no mundo do Open Banking



Administradora do Banco 24 Horas, a TecBan anunciou nesta segunda-feira (22) a sua entrada no universo do Open Banking. Para isso, a empresa está patrocinando uma iniciativa para acelerar o desenvolvimento do ecossistema de deste padrão no Brasil.

O trabalho será desenvolvido por meio de uma parceria com a Ozone, plataforma utilizada na implantação do sistema de Open Banking no Reino Unido. Segundo a TecBan, a iniciativa acompanha a regulamentação do deste padrão no Brasil e que foi anunciada pelo Banco Central, no início de maio deste.

Ambiente seguro

Os primeiros testes da parceria serão feitos por meio de uma plataforma de “sandbox” da Ozone. Trata-se de um espaço controlado para desenvolver aplicativos e serviços compatíveis com o open banking brasileiro. Para colocar a ideia em prática, a TecBan também vai organizar um hackathon com diversos programadores, fintechs e outros players do mercado. O evento está programado para os dias 25 e 26 de julho e tem como objetivo simular o ambiente real do novo ecossistema.

As provas de conceito e ‘sandbox’ de Open Banking são baseadas em padrões e abrangem todo o mercado. Os resultados serão usados para impulsionar a inovação e apoiar o desenvolvimento de normas no período que antecede a total implementação do sistema no mercado. “Essa iniciativa da TecBan ajudará bancos e fintechs a começarem a criar serviços de Open Banking antes dos prazos exigidos. Isso pode ainda posicionar a TecBan como

aceleradora e facilitadora neste espaço”, avalia Chris Michael, cofundador e CEO da Ozone.

Já para Tiago Aguiar, head de Novas Plataformas da TecBan, o fato da empresa operar há décadas como plataforma multibanco e multiacesso permitirá que ela possa expandir a colaboração com os players do setor, com a adoção de novas soluções. “Do físico ao digital, a TecBan processa as solicitações de milhões de clientes, todos os dias. Conhecemos cada um dos desafios desse ecossistema e é um caminho natural levar essa experiência para o Open Banking”.

Experiência europeia

A TecBan informa que a Ozone forneceu suporte de implementação de referência para a Open Banking Implementation Entity (OBIE), no Reino Unido. A plataforma foi usada por centenas de bancos e terceiros enquanto eles testavam suas proposições e foram necessários três anos para definir e implementar o padrão de Open Banking. E o processo ainda não está concluído. “A Ozone foi criada ao longo desse processo de implementação, sendo, inicialmente, o ponto de referência para o padrão do Reino Unido”, declarou Michael. “Vimos como era difícil para bancos e fintechs interpretarem e implementarem o padrão sem uma ‘sandbox eficaz, que simulasse todas as situações possíveis e que fosse, claro, totalmente funcional”.

O executivo acrescenta ainda que a Ozone também fornece implementação de referência certificada para os protocolos de segurança da OpenID Foundation (FAPI e CIBA) e atualmente está construindo uma implementação de referência para o padrão FDX. “Estamos muito animados por trabalhar com a TecBan no Brasil. Com base no que aprendemos, sabemos que o acesso antecipado a uma plataforma desse tipo será uma virada no jogo para o país. Isso vai acelerar o desenvolvimento do Open Banking, reduzindo significativamente o custo e o risco de definir esse padrão”, completa.

Fonte: TOPBuzz

Da MP 927 nada se aproveita, afirmam juizes, parlamentares, advogados e sindicalistas

Para presidenta da AJD, foi declarada “guerra à classe trabalhadora”



Senadores Weverton e Paim promoveram debate sobre MP que amplia a flexibilização trabalhista e está para entrar na pauta da Casa

Aprovada na semana passada na Câmara, a Medida Provisória 927 já pode ser votada no Senado, agora como projeto de lei de conversão (PLV 18). Mas nada se aproveita de seu texto, afirmam sindicalistas, juizes, advogados e parlamentares, que participaram ontem (22) à noite de live promovida pelos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Weverton (PDT-MA). “É uma declaração de guerra à classe trabalhadora”, afirmou, por exemplo, a presidenta da Associação Juizes para a Democracia, Valdete Severo. “Não tem salvação para nenhum dos artigos.”

Segundo ela, a proposta se insere em um conjunto sistemático de ataques aos direitos trabalhistas. “Existe um silêncio eloquente em relação a essas medidas provisórias. Do início

ao fim (referindo-se à MP 927), é perversa, é um abuso após o outro. Um projeto de destruição de qualquer possibilidade de o Brasil ser uma nação, de ter uma retomada da economia.”

Entre os itens criticados contidos no PLV 18, um dos primeiros a serem lembrados é o chamado “banco de horas negativo” (artigo 14). O período eventualmente não trabalhado durante a pandemia irá para um banco a ser descontado em até 18 meses – um trabalho a ser feito sem pagamento, no limite de duas horas diárias. A medida permite ainda, no artigo 29, que acordos individuais entre empregado e empregador se sobreponham a leis e acordos coletivos.

“É uma medida provisória perversa”, define o vice-presidente da Comissão Nacional de

Direitos Sociais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marthius Sávio Cavalcante Lobato. Para ele, o principal objetivo da MP é “atacar os direitos sociais e principalmente as organizações sindicais”. Segundo ele, não há nada no texto que justifique sua existência. “Todos os itens são passíveis de negociação coletiva.”

Injustiça e inconstitucionalidade

O secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho, Márcio Amazonas, também critica a proposta. “Num momento de pandemia, quem menos deveria sofrer os impactos era a classe trabalhadora”, afirma. Ele cita, entre outros, o item que suspende pagamento de acordos trabalhistas, o que “viola a coisa julgada”. E aponta “injustiça, imperfeição técnica e inconstitucionalidade” da matéria em tramitação no Senado.

Vice-presidente da Associação Latino-americana de Advogados Trabalhistas (Alal, na sigla em espanhol), Daniela Muradas aponta desrespeito a convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como a 98, que trata da negociação coletiva, “elemento essencial das relações trabalhistas”. Também não se observou o princípio do diálogo social, acrescenta, manifestando “objeção plena à MP 927” e a intenção de “oficiar a OIT como mais um vilipêndio aos nossos compromissos internacionais”. A organização tem com uma de suas premissas o diálogo tripartite (governo, empresários e trabalhadores), o que não aconteceu no caso da medida provisória.

Pelo contrário, observa Hugo Melo Filho, diretor da Associação Latino-americana de Juizes do Trabalho (ALJT), que fala em “crueldade e, mais do que isso, deslealdade empresarial em relação aos trabalhadores”. Ele afirma que a MP “tem o propósito exclusivo de garantir os interesses empresariais neste momento da pandemia”. E “nada se aproveita” do texto, acrescentando, apontando como destaque mais negativo a prevalência de acordos individuais sobre os coletivos, um artigo que ele classifica

de dramático: “Isso significa dizer que pela MP se permite a grande concretização do sonho do capital”.

Lixo legislativo, destruição do Direito

Conduzido pelo secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, o debate virtual teve a presença de dirigente de várias centrais, como o primeiro-secretário da Força Sindical, Sérgio Luiz Leite, o Serginho. Segundo ele, se com a MP 936, mesmo com limitações, foi possível assegurar manutenção de empregos, a 927 simplesmente “aproveita a crise sanitária para aprofundar a reforma trabalhista do governo anterior”. “E a Câmara conseguiu piorar”, emendou o dirigente.

“Não tem o que discutir nessa medida”, reforçou Alexandre Caso, da Intersindical. O secretário-geral da CSB, Álvaro Egea, considera o projeto um “lixo legislativo”. E o diretor da CTB Nivaldo Santana foi irônico. “Existe um princípio do Direito de proteção ao hipossuficiente. Aqui no Brasil parece que o hipossuficiente é o capital”, afirmou.

Para a presidenta da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat), Alessandra Camarano, trata-se de uma proposta que inclui “destruição do Direito do Trabalho, direitos constitucionais, flexibilização de processos e normas constitucionais”. Ela observou que o Brasil já esteve na chamada “lista curta” da OIT durante dois anos. A short list inclui os países que devem dar explicações sobre possível desrespeito a normas trabalhistas.

O ex-procurador-geral do Trabalho Ronaldo Curado Fleury disse que o Brasil vive um “extremismo do neoliberalismo”. Esses interesses consideram fundamental “o rompimento de qualquer coletivização da defesa dos interesses do cidadão”. E isso se torna mais claro na área trabalhista. “Simplesmente se desconsidera toda e qualquer entidade sindical em qualquer tipo de negociação e na imposição de qualquer regra. As entidades sindicais são simplesmente desconsideradas, invisibilizadas.”

Fonte: Rede Brasil Atual

Saiba como fica o auxílio-doença com reabertura parcial das agências do INSS dia 13

Os trabalhadores que estão recebendo auxílio-doença poderão prorrogar o pagamento do benefício sem precisar ser avaliado pelos médicos peritos se o término de pagamento dos benefícios cair neste período



As agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começam a ser reabertas gradualmente para o atendimento presencial a partir do dia 13 de julho com 70% da sua capacidade. A justificativa oficial para este percentual é a de que nem todas as agências têm condições para atender o cidadão ou a cidadã de forma segura e evitar a proliferação da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus.

Os trabalhadores que estão recebendo auxílio-doença poderão prorrogar o pagamento do benefício sem precisar ser avaliado pelos médicos peritos se o término de pagamento dos benefícios cair neste período.

O trabalhador tem de solicitar a prorrogação pelo portal Meu INSS, site e aplicativo do instituto ou pelo telefone, na Central 135, que continuarão funcionando mesmo após a retomada do atendimento presencial. Quem não fizer a solicitação terá o pagamento do benefício encerrado. Quem ainda não têm condições de voltar a trabalhar, terá o benefício prorrogado, sem perícia médica, mas receberá

uma espécie de adiamento no valor de R\$ 1.045,00 mesmo que tenha direito a um valor maior.

O trabalhador que precisar ir até uma agência aberta, precisa ficar atento ao horário de funcionamento, que será parcial com seis horas contínuas, e ao prévio agendamento dos serviços. Só será atendido quem marcar o atendimento nos canais remotos.

Confira como fazer o pedido de prorrogação do auxílio-doença por meio da internet ou telefone

Para receber antecipação o auxílio-doença no valor de R\$ 1.045 o beneficiário ou a beneficiária deve enviar o atestado médico pelo Meu INSS para que seja avaliado e aprovado.

O atestado médico pode ser digitalizado ou fotografado e deverá ser legível, sem rasuras e ter até 5 MB, além de conter as seguintes informações: assinatura e carimbo do médico, com registro do Conselho Regional de Medicina (CRM); informações sobre a doença e a respectiva numeração da Classificação Internacional de Doenças (CID) e prazo estimado do repouso necessário.

O valor será pago pelo período de três meses, incluindo as possíveis prorrogações. Se o segurado tiver direito a um benefício maior que o valor antecipado, após a reabertura das agências do INSS serão emitidas as orientações de como proceder para solicitar a diferença de valores.

Como solicitar o auxílio:

1. Acesse o Meu INSS, pelo site inss.gov.br
2. Clique na opção “Agendar Perícia”
3. Informe CPF e data de nascimento e clique em “Eu não sou um robô” e em “Continuar”
4. Leia as instruções e clique em “Perícia inicial” e depois em “Selecionar”
5. Leia as instruções e clique na opção “SIM” para encaminhar o atestado médico. Vá em “Continuar” e em “Avançar”
6. Atualize seus dados de contato, principalmente e-mail e celular
7. Vá para o campo “Anexos” e clique no sinal de + para anexar os documentos
8. Tudo anexado, clique em avançar e informe seu CEP para que o sistema localize a unidade do INSS que irá analisar o pedido
9. Selecione o bairro e a unidade pagadora
10. Confira os dados, marque “Declaro que li e concordo com as informações acima” e em “Avançar”

Prorrogar o benefício

Se o trabalhador ou a trabalhadora precisar prorrogar o auxílio-doença, se não for feito de forma automática, deve fazer o pedido pelo Meu INSS ou telefone 135.

O pedido de prorrogação deve ser solicitado nos últimos 15 dias de afastamento, segundo o INSS. Se perder o prazo, o trabalhador terá que fazer a solicitação de um novo benefício, que poderá ser prorrogado seis vezes, a cada 30 dias, sem a perícia presencial.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Confira o passo a passo do pedido de prorrogação

1. Acesse o Meu INSS
2. Vá em “SERVIÇOS SEM SENHA” e clique em “Agendamentos/Solicitações”
3. Informe Nome, CPF e data de nascimento e marque “Não sou um robô”
4. Clique em “NOVO REQUERIMENTO”, no canto inferior, à direita da tela
5. Localize “Benefício por incapacidade” e clique na seta
6. Clique em “Pedido de prorrogação com documento médico” e, depois, em “Avançar”
7. Confira as informações e corrija se houver necessidade
8. Clique em “Avançar”
9. Informe seu CEP no campo indicado e clique em “CONSULTAR”
10. Selecione a agência de sua preferência e clique em “AVANÇAR”
11. Confira se todas as informações estão corretas e marque “Declaro que li e concordo com as informações acima”.

Para acompanhar o pedido

O segurado pode clicar em “Agendamento/Solicitações” para confirmar o status da análise. Esse é o primeiro item da seção de serviços sem senha, em destaque na tela que aparece para o usuário que entra no site. Também é possível acompanhar pela central telefônica 135, que funciona de segunda a sábado, de 7h às 22h

Importância dos dados atualizados

Quando houver o retorno do atendimento presencial o INSS notificará os segurados sobre os procedimentos necessários para realização de perícia. Isso acontecerá pelo Meu INSS ou por contato telefônico feito pelos atendentes da Central 135. Por isso é importante manter todos os dados de contato atualizados. Para isso, basta acessar o Meu INSS e conferir se os contatos telefônicos e e-mail estão corretos.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF